

CARTA A DEPUTADOS E SENADORES

Hoje, em pleno século XXI, pessoas estão morrendo nas portas dos hospitais, sem chance de atendimento, como se estivessem no século VIII ou X IX. O sistema funerário também está ameaçado de colapso.

Um colapso que tem duas origens:

a) Uma, os ataques sistemáticos aos serviços públicos, em particular o SUS. Fechamento de leitos, suspensão de concurso públicos, desmantelamento do sistema de compras de insumos, tudo consequência da brutal retirada de verbas da saúde, imposta pela Emenda 95 (do teto de gastos)

b) Duas, a política do governo Bolsonaro que induziu a população a se contaminar maciçamente alardeando uma "imunidade de rebanho" que serviu apenas para o Brasil ser cobaia para proliferação de mutações mais transmissíveis e mortíferas do coronavírus. Não houve testagem em massa, não houve campanhas educativas para prevenção sanitária e distanciamento social, nem uso de máscaras. Não há vacinas. Não há nem mesmo medicamentos para intubações nos poucos leitos de UTI disponíveis.

É nessa situação dramática em que o povo precisa mais que nunca de atendimento público que o governo se subordina aos setores mais radicais e ultrafiscalistas do sistema financeiro para tentar impor essa PEC 32.

Sr. Parlamentar

Não entraremos nos detalhes da PEC 32. Nós e o senhor sabemos que não se trata nem de "combater privilégios" (os verdadeiros privilegiados passam longe dessa PEC) nem de modernizar, nem de melhorar os serviços públicos, mas, sim, de retirar dinheiro do atendimento à população para entregar aos banqueiros.

O que afirmamos é que V.Sa. Sa., como todos nós, está numa encruzilhada: ser cúmplice da política genocida, alinhando-se aos banqueiros, ou alinhar-se aos interesses do povo . V. Sa. pode rejeitar a discussão dessa PEC 32.

Pode apresentar um relatório enterrando-a no nascedouro. Ou, no mínimo, se não tiver acordo com isso, pode postergar, adiar, jogar para longe essa discussão até que a ameaça da pandemia esteja afastada do horizonte.

Hoje, um Congresso Nacional, digno desse nome, assumiria a tarefa de ajudar o povo brasileiro a ter disponíveis leitos hospitalares, oxigênio, máscaras, vacinas para todos pelo SUS, testagem e rastreamento, auxílio emergencial de, no mínimo R\$ 600,00. Enfim, prioridade ao combate à pandemia e não subserviência a um governo subordinado a banqueiros internacionais ávidos por sugar o sangue do povo brasileiro.

Neste grave momento, Sr. Relator, os servidores e empregados públicos federais estaremos atentos às escolhas de cada um. Encerramos solicitando audiência a V.Sa, colocando-nos à disposição para a melhor data e horário.

Atenciosamente,

Walter Matos
Secretário-geral Sindsep-AM